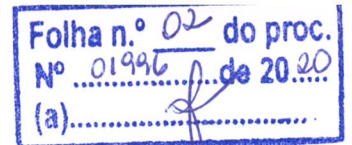




1996

*Câmara Municipal de São Caetano do Sul*

Senhor Presidente

A(S) COMISSÃO(ÕES) DE:

*Justiça e Redação e de
Finanças e Orçamento**04 / 08 / 20 20**ECLERSON FIO MIELO*
Presidente**PROJETO DE LEI**

"INSTITUI A ADOÇÃO DA TÉCNICA INTEGRATIVA NO TRATAMENTO DA OBESIDADE, NO MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Art.1º. Fica instituída a adoção da Técnica Integrativa de Tratamento da Obesidade, no município de São Caetano do Sul.

Art. 2º. Para os fins e efeitos desta Lei, considera-se:

I - obesidade como a enfermidade tipificada crônica no Código Internacional de Doenças, da Organização Mundial de Saúde (OMS); e

II - obeso o indivíduo que apresente o Índice de Massa Corpórea (IMC) igual ou superior a 30 kg/m²;

III - obeso mórbido o indivíduo que apresente um IMC maior que 40 kg/m².



03

Câmara Municipal de São Caetano do Sul

Art. 3º. A Técnica Integrativa no Tratamento da Obesidade, destina-se e têm como objetivos:

I - Integrar médicos da rede municipal das especialidades de endocrinologia, nutrologia, psiquiatria, bem como, psicologia, nutrição, fisioterapia e professores de educação física;

II - orientar e prevenir as pessoas com relação às doenças decorrentes da obesidade;

III - disponibilizar orientações de alimentação balanceada e saudável para as pessoas que estão em tratamento;

IV - disponibilizar orientação para atividades físicas.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O número de doenças decorrentes da obesidade vem aumentando nos últimos vinte anos no Brasil, como problemas de diabetes, pressão arterial em níveis fora de controle, insuficiência cardio-respiratória e de desvio de coluna, que contribuem para o crescimento desses índices nas estatísticas periódicas do Ministério da Saúde, além das patologias psicológicas e câncer.

04
R*Câmara Municipal de São Caetano do Sul*

Diante disso, a adoção da Técnica Integrativa de Tratamento da Obesidade, consiste em dar assistência as pessoas obesas do nosso município, de forma integrada com as especialidades necessárias para o tratamento, conforme mencionado no art. 3º deste Projeto de Lei.

Diante disso, solicito a aprovação deste Projeto de Lei pelos meus Nobres Pares.

Plenário dos Autonomistas, 09 de julho de 2020.



DANIEL FERNANDES BARBOSA
(DANIEL CÓRDOBA)
VEREADOR



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO CAETANO DO SUL

ASSESSORIA
TÉCNICO-LEGISLATIVA

07

PROC. Nº 1996/2020

AUTOR: DANIEL FERNANDES BARBOSA

**ASS.: PROJETO DE LEI QUE "INSTITUI A ADOÇÃO DA
TÉCNICA INTEGRATIVA NO TRATAMENTO DA
OBESIDADE, NO MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DO
SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

**PARECER Nº 576, DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2019-
2020, DA DÉCIMA-SÉTIMA LEGISLATURA, DA COMISSÃO DE
JUSTIÇA E REDAÇÃO.**

De autoria do Vereador Daniel Fernandes Barbosa, o projeto de lei em epígrafe tem por finalidade instituir a adoção da técnica integrativa no tratamento da obesidade, no município de São Caetano do Sul, e dá outras providências."

Em seguida, a propositura foi encaminhada a esta Comissão de Justiça e Redação, para ser examinada nos aspectos legais, constitucionais e jurídicos, conforme dispõe o artigo 38 e parágrafos do Regimento Interno desta Casa.

Em o fazendo, sob nossa ótica, entendemos que a propositura sob análise encontra óbice.

Com efeito, em começo, necessário enfatizar que a matéria objeto da proposição é de competência do Prefeito Municipal, a quem compete a iniciativa "exclusiva" de Projetos de Lei que disponham sobre a criação, estruturação e atribuições das Secretarias ou Diretorias Municipais e órgãos da Administração pública, por força do artigo 42, inciso II, da Lei Orgânica do Município de São Caetano do Sul.

Assim, pode-se afirmar que constitui monopólio privativo do Chefe do Poder Executivo propor legislação disciplinando atribuições e organização da Administração. Desta forma, o Projeto de Lei deflagrado pelo nobre Edil interfere no serviço público, cujo conceito consolidado por Hely Lopes Meirelles "*é aquele prestado pela Administração ou por seus delegados, sob normas e controles estatais para satisfazer essenciais ou secundários da coletividade, ou simples conveniência*



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO CAETANO DO SUL

ASSESSORIA
TÉCNICO-LEGISLATIVA

08
1

PROC. N° 1996/2020

do Estado” (Direito Administrativo Brasileiro, 16ª edição, RT, São Paulo, p. 289).

Porquanto, a par da disciplina normativa exposta, cabe ao Chefe do Executivo, conhecendo os aspectos funcional e organizacional da Administração Pública, eleger – mediante o exercício da prerrogativa constitucional em tela – os meios necessários à gestão pública eficiente dos interesses da coletividade.

Ante o exposto, sob o prisma que compete a esta Comissão opinar, tão somente jurídico-constitucional, entende a mesma que a proposição não reúne os requisitos para sua tramitação e aprovação final pelo Egrégio Plenário, posto que revestida de irremediável **INCONSTITUCIONALIDADE**, quando em cotejo com a Constituição Federal Brasileira e de patente **ILEGALIDADE** em face da L.O.M..

É o parecer.

RELATOR:

Sala de Reuniões, 13 de outubro de 2020.

PRESIDENTE:

Aprovado na reunião de 13.10.20